

COVID-19:

Reflexões das ciências da saúde e impactos sociais 4



Luis Henrique Almeida Castro
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

COVID-19:

Reflexões das ciências da saúde e impactos sociais 4



Luis Henrique Almeida Castro
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^o Dr^a Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Prof^o Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^o Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^o Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^o Dr^a Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Prof^o Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^o Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^o Dr^a Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Prof^o Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^o Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^o Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^o Dr^a Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Prof^o Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco



COVID-19: reflexões das ciências da saúde e impactos sociais 4

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Luis Henrique Almeida Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C873 COVID-19: reflexões das ciências da saúde e impactos sociais 4 / Organizador Luis Henrique Almeida Castro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-759-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.595210812>

1. Pandemia - Covid-19. I. Castro, Luis Henrique Almeida (Organizador). II. Título.

CDD 614.5

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra “COVID-19: Reflexões das ciências da saúde e impactos sociais 3” traz ao leitor 36 artigos de ordem técnica e científica elaborados por pesquisadores de todo o Brasil; são produções que em sua maioria englobam revisões sistemáticas, revisões de escopo, relatos e estudos de casos, e investigações epidemiológicas que se relacionam – direta ou indiretamente – com o contexto da pandemia de SARS-CoV-2.

A organização dos artigos levou em consideração a temática alvo de cada estudo e, embora alguns possuam vínculo apenas didático com o tema central da obra, a disposição dos textos, em dois volumes, está direcionada em um plano direcional que parte de contexto da publicação científica, avança para os aspectos patológicos da infecção de COVID bem como patologias secundárias, impactos emocionais e cognitivos, logo após reflete sobre os impactos diretos da pandemia na mulher e no feminino, concluindo a obra com as mais variadas temáticas socioambientais e educacionais nesta conjuntura pandêmica que atinge o Brasil e o mundo.

Agradecemos aos autores por suas contribuições científicas a este tema tão essencial e desejamos a todos uma boa leitura!

Luis Henrique Almeida Castro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ANÁLISE COMPARATIVA DOS CASOS DE COVID-19 NO MUNDO DE ACORDO COM SEU ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

Cristianne Confessor Castilho Lopes

Tulio Gamio Dias

Eduardo Barbosa Lopes

Lucas Castilho Lopes

Vanessa da Silva Barros

Laisa Zanatta

João Vitor Bertuci

Daniela dos Santos

Marilda Moraes da Costa

Liamara Basso Dala Costa

Fabio Kopp Vanuzzi

Heliude de Quadros e Silva

Youssef Elias Ammar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5952108121>

CAPÍTULO 2..... 12

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES ACOMETIDOS POR SARS-COV-2 NO DISTRITO DE CACAÚ PIRÊRA, IRANDUBA-AM

Sarai Carvalho Lima

Emily Simara Moraes Leda

Geovane Silva Da Silva

Samilly Reis De Castro

Tatiana Cardoso Da Silva

Silvana Nunes Figueiredo

Maria Leila Fabar dos Santos

Iraneide Ferreira Mafra

Loren Rebeca Anselmo

Leslie Bezerra Monteiro

Andreia Silvana Silva Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5952108122>

CAPÍTULO 3..... 25

COVID-19 E AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS: UM OLHAR ATENTO AOS POVOS INDÍGENAS

Marcos Paulo Oliveira Moreira

Alex de Sousa Silva

Amanda Cafezakis Moutinho

Caio Vitor de Miranda Pantoja

Fernando Ferreira Freitas Filho

João Paulo Mota Lima

Joyce Ruanne Correa da Silva

Manoel dos Reis Pinto

Marcos José Silva de Paula
Solange Lima Gomes
Sheyla Mara Silva de Oliveira
Franciane de Paula Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5952108123>

CAPÍTULO 4..... 33

A SUBNOTIFICAÇÃO DE CASOS DE HANSENÍASE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO ESTADO DO PARÁ

Amanda Salbé Nassar
Felipe Dias da Cunha Trindade
Maria Clara de Castro Coqueiro de Oliveira
Victor Matheus Mendonça de Araújo
Janaína Cunha Romeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5952108124>

CAPÍTULO 5..... 40

COVID-19 E ROMARIA DO MUQUÉM: IMPLICAÇÕES E INOVAÇÕES

Aldemir Franzin
Alberto da Silva Moreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5952108125>

CAPÍTULO 6..... 49

DIÁRIOS DA PANDEMIA: DA (IM)POSSIBILIDADE DO EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ana Maria Caldeira Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5952108126>

CAPÍTULO 7..... 64

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: HABILIDADE RELACIONAL PARA O RESIDENTE NA LINHA DE FRENTE CONTRA A COVID-19

Camilla Ytala Pinheiro Fernandes
Ágna Retyelly Sampaio de Souza
Aline Muniz Cruz Tavares
Amanda Cordeiro de Oliveira Carvalho
Ana Paula Pinheiro da Silva
Natália Pinheiro Fabricio Formiga
Alessandra Bezerra de Brito
Rosana Cabral Pinheiro
Dioneide Pereira da Silva
Lis Maria Machado Ribeiro Bezerra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5952108127>

CAPÍTULO 8..... 70

PERFIL DO DISCENTE EM SAÚDE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19

Christiane de Carvalho Marinho
Cristiane Guerreiro Pereira Abdul Massih

Kátia Simone Kietzer
Anderson Bentes de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5952108128>

CAPÍTULO 9..... 81

EMPATÍA CON LAS FAMILIAS, UNA PRÁCTICA REFLEXIVA CON ESTUDIANTES DE
MAGISTERIO EN PRIMERA INFANCIA TRAS UN AÑO DE SINDEMIA

Laura Grassi Gaudin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5952108129>

CAPÍTULO 10..... 85

DESAFÍO DEL DOCENTE DE LA UAC EN PANDEMIA, DIGITALIZACIÓN Y DESARROLLO
DE NUEVAS COMPETENCIAS

María Alejandra Sarmiento Bojórquez

Juan Fernando Casanova Rosado

Mayte Cadena González

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59521081210>

CAPÍTULO 11..... 95

NUEVA TÉCNICA DOCENTE EN EL DEPARTAMENTO DE ANATOMÍA HUMANA: EL
BLOG PERSONAL COMO HERRAMIENTA DE CONSOLIDACIÓN DEL APRENDIZAJE Y
EVALUACIÓN EN TIEMPOS DE COVID19

Cristina Verástegui

Noelia Geribaldi-Doldán

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59521081211>

CAPÍTULO 12..... 112

AÇÕES DOS INSTITUTOS FEDERAIS DIANTE DA PANDEMIA: EXPERIÊNCIAS COM O
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA BAHIA E EM MINAS GERAIS

Kátia de Fatima Vilela

Rodney Alves Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59521081212>

CAPÍTULO 13..... 124

HABILIDADES PREDITORAS DE LEITURA EM ESCOLARES DE 1º E 2º ANOS DO
ENSINO FUNDAMENTAL I EM CONTEXTO DE PANDEMIA

Mariana Garrido Santana

Giseli Donadon Germano

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59521081213>

CAPÍTULO 14..... 134

PROJETO EXPRESSAR: PROMOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA COM PROFISSIONAIS
DA SAÚDE DE UBS NA PANDEMIA

Gislaine Lima da Silva

Davi Alexandre de Souza Oliveira

Rafaela Gabriela Luiz Venâncio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59521081214>

CAPÍTULO 15..... 143

IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO PROCESSO DE TRABALHO NA ATENÇÃO BÁSICA

Stéfany Marinho de Oliveira

Luciane Bianca Nascimento de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59521081215>

CAPÍTULO 16..... 147

IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO ESQUEMA VACINAL CONTRA PAPILOMAVÍRUS HUMANO (HPV4) EM ADOLESCENTES DE UMA COMUNIDADE DO CACAU PIRÊRA, IRANDUBA – AM

Eliane Monteiro da Silva

Erisson de Souza Rodrigues

Estela Farias Soares Lima

Fabiola Hounsell Marques

Francisca Oliveira dos Santos

José Nilvan Silva Bezerra

Maria Evanilda Maciel Farias

Silvana Nunes Figueiredo

Maria Leila Fabar dos Santos

Andreia Silvana Silva Costa

Leslie Bezerra Monteiro

Iraneide Ferreira Mafra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59521081216>

CAPÍTULO 17..... 160

POTENCIALIDADES DAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA POR COVID-19 NO ESTADO DE PERNAMBUCO NO CONTEXTO ESCOLAR

Maria Luiza Ferreira Imburana da Silva

Shirley Jackllanny Martins de Farias

Luís Roberto da Silva

Matheus Felipe Medeiros de Lira

Ilma Cristina Silva do Nascimento

Alexandra Coutinho Cavalcanti

Alcinda de Queiroz Medeiros

Ana Maria Bezerra de Oliveira Cabral

Áurea Maria da Cunha Silva

Raíssa Ivna Alquete de Arreguy Baptista

Emília Carolle Azevedo de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59521081217>

CAPÍTULO 18..... 170

COVID-19 E SEU IMPACTO SOCIAL

Letícia Wanderley de Amorim

Lucas Wanderley de Amorim

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59521081218>

SOBRE O ORGANIZADOR.....	173
ÍNDICE REMISSIVO.....	174

AÇÕES DOS INSTITUTOS FEDERAIS DIANTE DA PÂNDEMIA: EXPERIÊNCIAS COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA BAHIA E EM MINAS GERAIS

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 03/09/2021

Kátia de Fatima Vilela

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG)
Guanhães – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/6330286304721944>

Rodney Alves Barbosa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG)
Guanhães – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/6696358901158447>

RESUMO: No Brasil, o isolamento social foi adotado como medida para o contingenciamento da Covid-19. Assim, as aulas foram suspensas, dando início a obstáculos para a continuidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que atende os alunos da educação básica das escolas públicas. A legislação do PNAE prevê que 30% do seu orçamento deve ser utilizado para aquisição de produtos oriundos de agricultores familiares locais, consequentemente esses trabalhadores rurais também tiveram seus contratos de entrega de produtos suspensos devido à pandemia da Covid-19. Como intervenção do Estado nesse cenário, foi institucionalizada a continuidade do Programa para distribuição dos alimentos adquiridos aos responsáveis pelos estudantes durante a pandemia. O objetivo do presente estudo é trazer uma reflexão sobre as ações

dos Institutos Federais, *Campus* de Senhor do Bonfim, do IF Baiano, e *Campus* de São João Evangelista, do IFMG, para operacionalizar o PNAE durante a pandemia. Para tanto, foi realizada uma análise descritiva, com procedimento técnico documental, bem como a análise de dados secundários disponibilizados pelas duas instituições em suas respectivas *homepages*, entrevistas semiestruturadas aplicadas às nutricionistas responsáveis pela operacionalização do PNAE nas instituições analisadas, além da abordagem qualitativa e da estratégia de estudo dos casos, nos estados de Minas Gerais e Bahia. A pesquisa revela que a pandemia potencializou as desigualdades sociais e trouxe novos desafios, que devem ser discutidos coletivamente para serem superados, garantindo, assim, a continuidade do Programa em nível nacional, mantendo alimentação saudável e nutritiva aos discentes, e a continuidade do acesso dos agricultores familiares ao mercado institucional.

PALAVRAS-CHAVE: Instituto Federal; PNAE; Covid-19; Desigualdades Sociais.

ACTIONS OF THE FEDERAL INSTITUTES FACING THE PANDEMIC: EXPERIENCES WITH THE NATIONAL PROGRAM FOR SCHOOL FOOD IN BAHIA AND MINAS GERAIS

ABSTRACT: In Brazil, social isolation was adopted as a measure for the Covid-19 contingency. Thus, classes were suspended, creating obstacles for the continuity of the National School Meals Program (PNAE), which serves basic education students in public schools. The PNAE legislation

provides that 30% of its budget should be used to purchase products from local family farmers, consequently these rural workers also had their product delivery contracts suspended due to the Covid-19 pandemic. As an intervention of the State in this scenario, the continuity of the Program was institutionalized for the distribution of the food purchased to those responsible for the students during the pandemic. The objective of the present study is to bring a reflection about the actions of the Federal Institutes, Senhor do Bonfim Campus, of IF Baiano, and São João Evangelista Campus, of IFMG, to operationalize the PNAE during the pandemic. For this, a descriptive analysis was carried out, with documentary technical procedure, as well as the analysis of secondary data made available by the two institutions in their respective homepages, semi-structured interviews applied to the nutritionists responsible for the operationalization of the PNAE in the analyzed institutions, besides the qualitative approach and the case study strategy, in the states of Minas Gerais and Bahia. The research reveals that the pandemic has potentiated social inequalities and brought new challenges, which should be discussed collectively to be overcome, thus ensuring the continuity of the Program at the national level, maintaining healthy and nutritious food to students, and the continuity of access of family farmers to the institutional market.

KEYWORDS: Federal Institute; PNAE; Covid-19; Social Inequalities.

1 | INTRODUÇÃO

Em um cenário de pandemia, as ações do Estado são essenciais para amenizar seus impactos e buscar soluções. No presente artigo são apresentadas ações, de cunho extensionista e social, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), *Campus* de Senhor do Bonfim, e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), *Campus* de São João Evangelista, para o enfrentamento da Covid-19. Ambos os *Campi* têm vocação agrícola e estão inseridos em regiões de alta vulnerabilidade social.

A atuação desses *Campi* é de fundamental importância para a região, para seus discentes e para as comunidades onde estão inseridos. Assim, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), eles desenvolveram ações que contemplaram a agricultura familiar, o comércio local e os seus discentes do ensino básico e tecnológico.

O PNAE é a mais antiga política pública brasileira voltada para a alimentação escolar, servindo de referência para outros países no campo das políticas públicas de refeição no quesito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (PEIXINHO, 2013). O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional foi sendo construído com base nos interesses e nas relações sociais. No Brasil, esse direito foi institucionalizado por meio da Lei nº 11.346/2006, que assegura “o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, respeitando a diversidade cultural, ambiental e econômica”. A Insegurança Alimentar e Nutricional relaciona-se à alimentação insuficiente, à fome e à desnutrição (BURITY et al., 2010; BANERJEE et al., 2017), realidade essa presente nas famílias de muitos alunos dos

institutos federais espalhados por todo o território nacional.

Como se não bastasse a situação de vulnerabilidade de milhares de famílias e alunos, em 2020 a população do Planeta se deparou com a pandemia do novo coronavírus (Covid-19¹). No Brasil, o Ministério da Saúde confirmou, em 26 de fevereiro de 2020, o primeiro caso da doença, sendo a primeira morte registrada em 16 de março. Por conseguinte, foram intensificadas as recomendações e posteriormente as exigências de isolamento social. Essa situação evidenciou, em nível mundial, as desigualdades sociais e suas discrepâncias socioeconômicas (ALGREN et al., 2018), o que contribuiu para a maior incidência de dificuldades financeiras das famílias dos alunos de baixa renda, com acentuado impacto no acesso desses discentes a uma alimentação saudável e nutritiva em seus lares.

Nesse cenário, as populações em situação de maior vulnerabilidade são as que mais sofrem os impactos decorrentes da Covid-19. O isolamento social aumenta as desigualdades, pois reduz o número de empregos e a renda, e eleva o custo de vida das famílias. Essa situação tende a fazer com que as famílias de baixa renda necessitem mais de auxílios sociais ofertados pelo Estado para sobreviverem.

Uma das consequências da Covid-19 foi a suspensão das aulas em todas as instituições de ensino. Nesse caso, os mais afetados foram os alunos das escolas públicas, pois, além das aulas, eles deixaram de ter o acesso diário à alimentação escolar, o que intensificou a vulnerabilidade social de muitas famílias. Diante dessa situação, o Estado decretou que, em caráter excepcional, o marco legal do PNAE, que é a Lei nº 11.947, passa a vigorar acrescida do art. 21-A, da Lei nº 13.987, de 07/04/2020 (BRASIL, 2020c).

A Lei nº 13.987/20 institucionaliza que durante o período de suspensão das aulas, em razão de situação de emergência ou calamidade pública, autoriza-se, em todo o território nacional, em caráter excepcional, a distribuição imediata dos gêneros alimentícios adquiridos com recursos financeiros recebidos do PNAE aos pais ou aos responsáveis pelos estudantes das escolas públicas de educação básica.

Para ajudar grupos vulneráveis em tempos de coronavírus (Covid-19), o foco deve ser colocado na raiz do problema. Estudar os determinantes sociais, e como eles impactam as populações desfavorecidas durante os tempos de crise, ajuda o Estado e suas instituições públicas a ter uma noção da importância e amplitude de suas ações, bem como auxilia os governantes a gerenciar melhor os programas sociais, para que todos os indivíduos tenham oportunidades de acesso a uma alimentação saudável e nutritiva.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar as ações dos *Campi* de Senhor do Bonfim, do IF Baiano, e de São João Evangelista, do IFMG, diante da pandemia da Covid-19 e da Normativa nº 13.987/20.

¹ Trata-se de uma família de vírus que causa infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus (Covid-19) foi descoberto em dezembro de 2019, após casos registrados na China. Desde então, o vírus matou milhares de pessoas na China e se espalhou rapidamente pelo mundo.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi caracterizada como descritiva, com natureza qualitativa (GIL, 2017). A dimensão empírica deste trabalho se ateve aos casos dos Institutos Federais, *Campus* de Senhor do Bonfim, do IF Baiano, e *Campus* de São João Evangelista, do IFMG. Não se trata de uma comparação, mas de ampliar o universo empírico e proporcionar maior abrangência às constatações da pesquisa. Os casos foram escolhidos devido ao lastro rural de ambos os *Campi* e pela atuação das instituições junto ao PNAE nos respectivos municípios, pois são regiões com expressiva população rural (VILELA, 2020). Além disso, o IFMG São João Evangelista foi o primeiro *Campus* da instituição a conseguir executar o PNAE. Já o IF Baiano Senhor do Bonfim foi o primeiro *Campus* do IF Baiano a conseguir operacionalizar o maior montante financeiro referente ao Programa (VILELA et al., 2019).

Quanto aos procedimentos técnicos, utilizou-se a análise documental, por meio de documentos disponibilizados pelos dois Institutos Federais nas suas respectivas *homepages*. A pesquisa foi realizada entre os meses de março e agosto de 2020, mediante entrevistas semiestruturadas aplicadas às nutricionistas responsáveis pela operacionalização do PNAE nas instituições, feitas por e-mail e por telefone, com o objetivo de captar as ações dos Institutos Federais analisados com relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, diante da fase inicial da pandemia da Covid-19, após o Estado reconhecer a emergência de saúde pública nacional e internacional provocada pelo vírus (BRASIL, 2020a; 2020b).

No intuito de coletar mais informações e identificar aspectos gerais sobre a execução do PNAE durante a pandemia, foram empregadas ainda as seguintes estratégias: i) análise de leis e resoluções relacionadas à temática publicadas no período de pandemia, e ii) a título de complementação, foram coletadas no período da pesquisa, de modo não sistematizado, notícias jornalísticas e científicas nacionais e internacionais, a fim de identificar atualidades sobre o tema em questão. Essas estratégias contribuíram para a reflexão das ações desenvolvidas pelas duas instituições analisadas.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da sistematização e da análise do material levantado, os resultados e as discussões foram agrupadas em duas categorias: Acesso dos alunos à Alimentação Saudável e Nutritiva e Os efeitos da Covid-19 na educação e no fornecimento de alimentos aos alunos.

3.1 Acesso dos alunos à alimentação saudável e nutritiva

A alimentação saudável e nutritiva é uma necessidade humana essencial. Ela desempenha um papel importante para a saúde e a qualidade de vida do indivíduo, uma vez que o acesso e o consumo de alimentos saudáveis estão associados ao menor risco de doenças. Uma dieta saudável consiste no consumo de frutas, vegetais, grãos, alimentos

ricos em proteínas (frutos do mar, carnes magras, aves, legumes, verduras, ovos, etc.) e laticínios sem gordura ou com baixo teor de gordura. Existem muitas barreiras para o acesso a alimentos saudáveis, como condição financeira, desemprego, transporte, etc. Dentre essas, a renda desempenha um papel importante.

Buscando suprir essa necessidade humana essencial, o PNAE brasileiro prevê o fornecimento diário de no mínimo 350 kcal de energia e 9 g de proteína em cada refeição, o que corresponde a 20% das necessidades diárias do escolar. O valor *per capita* por refeição é estipulado conforme a Tabela 1, a seguir.

Modalidade	Valor
Creches	R\$ 1,07
Pré-escola	R\$ 0,53
Escolas indígenas e quilombolas	R\$ 0,64
Ensino fundamental e médio	R\$ 0,36
Educação de jovens e adultos	R\$ 0,32
Ensino integral	R\$ 1,07
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	R\$ 2,00
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno	R\$ 0,53

Tabela 1 - Valor *per capita* por refeição.

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2020).

O repasse financeiro mensal do Estado para as escolas públicas de ensino básico, por aluno, corresponde a 20 dias letivos. A definição dos itens que devem compor o kit de alimentos emergenciais precisa ser feita por um nutricionista (responsável técnico). As diretrizes do PNAE no que se refere à qualidade nutricional e sanitária e aos hábitos alimentares locais devem ser seguidas, e, preferencialmente, o kit deve ser composto por alimentos *in natura*, levando em consideração as safras. Além disso, os produtos devem ser minimamente processados (FNDE, 2009).

Nos últimos meses, a atividade econômica no Brasil desacelerou em virtude do isolamento social imposto pelos representantes estaduais e municipais, como medida de prevenção e controle da Covid-19. Como consequência, houve a redução de salários e até mesmo o desemprego, o que resultou em dificuldade para as famílias adquirirem e consumirem alimentos saudáveis. É incontestável que o distanciamento social e os métodos de isolamento têm ajudado a controlar a evolução da Covid-19, no entanto eles deixam mais evidentes as desigualdades socioeconômicas e a necessidade de intervenção do Estado para minimizar esses impactos nas famílias dos brasileiros.

No Brasil, muitos estudantes de famílias de baixa renda têm acesso à alimentação nutritiva e saudável nas escolas públicas de ensino básico. Portanto, é importante reconhecer os desertos alimentares que comunidades mais vulneráveis possuem em

relação à aquisição de alimentos saudáveis (COOKSEY-STOWERS; SCHWARTZ; BROWNELL, 2017), especialmente durante uma pandemia, quando os suprimentos não são ofertados nas escolas, devido às suspensões das aulas.

3.2 Os efeitos da covid-19 na educação e no fornecimento de alimentos aos alunos

Em março de 2020 as escolas brasileiras suspenderam as aulas por tempo indeterminado, em virtude da pandemia da Covid-19. Desde então, iniciou-se o desafio de dar continuidade ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para não comprometer o acesso de 41 milhões de alunos da rede pública, de todos os níveis educacionais, à alimentação (BARROS et al., 2020), principalmente porque os efeitos socioeconômicos da pandemia afetam fortemente a parcela mais vulnerável da população.

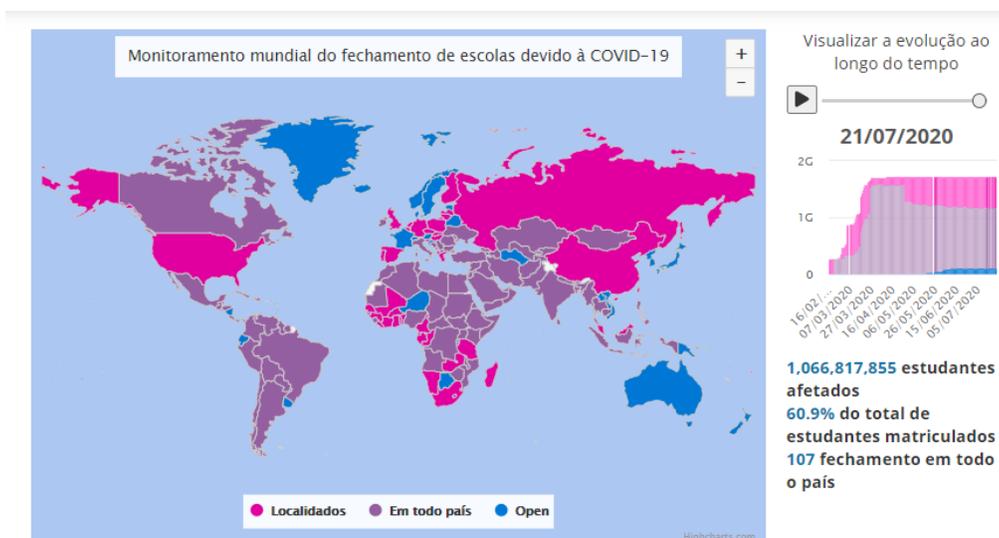


Figura 1 - Impacto global da Covid-19 no fechamento de escolas.

Fonte: Figura produzida pela Unesco, 2020.

Mais de 100 países, como Alemanha, Brasil, Itália, Espanha, Reino Unido, China, entre outros, impuseram o fechamento nacional de instituições educacionais. A Unesco estima que cerca de 900 milhões de alunos tiveram suas atividades escolares afetadas pelo fechamento de entidades de ensino (Figura 1).

Apesar do intuito do fechamento das instituições de ensino ser o de impossibilitar a propagação do vírus no ambiente escolar e evitar o transporte da doença até indivíduos vulneráveis, essas interdições trouxeram consequências socioeconômicas generalizadas. A Covid-19 levou a um desequilíbrio social, uma vez que as escolas, atualmente, não estão podendo propiciar refeições gratuitas para os estudantes de famílias de baixa renda.

Ressalta-se que alimentação escolar é todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo². A Lei nº 13.987/20 amplia as possibilidades da alimentação escolar em momentos excepcionais, como o da pandemia da Covid-19. Dessa forma, os pais e os responsáveis pelos alunos matriculados na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e outros beneficiários do Programa podem receber gêneros alimentícios adquiridos pelas escolas com os recursos do PNAE.

A Lei nº 13.987 assegura que o dinheiro do PNAE continue a ser repassado pela União para as entidades executoras, reafirmando a importância do programa para uma alimentação adequada ao desenvolvimento dos alunos beneficiados. O PNAE visa, ainda, ao desenvolvimento de agricultores familiares, já que parte dos produtos é adquirida da agricultura familiar, conforme o artigo 14 da Lei nº 11.947. Ao associar o incentivo à produção agrícola local às aquisições do PNAE, o Estado institucionaliza os benefícios do Programa tanto para os estudantes quanto para os agricultores familiares (BARROS et al., 2020).

Assim, a crise de saúde pública provocada pela Covid-19 se estende para todos os setores, dentre eles a suspensão das aulas e, portanto, a ausência de alimentação escolar para alunos vulneráveis socioeconomicamente, o que impacta significativamente os custos com o cuidado das crianças e dos adolescentes para famílias. Esse custo é ainda mais agravado pela recessão econômica e pelo desemprego provocado pela pandemia.

Ciente de que a desigualdade acumula problemas financeiros que já estão pesando para uma parcela da população desfavorecida socioeconomicamente, o *Campus* de São João Evangelista do IFMG, com a suspensão das atividades escolares presenciais, no intuito de dar seguimento à aquisição de alimentos oriundos dos agricultores familiares com recursos do PNAE, direcionou esses produtos às famílias dos estudantes cadastrados no Programa de Assistência Estudantil do *Campus*.

Foram criados kits compostos por produtos da agricultura familiar, como: farinhas de milho e de mandioca, inhame, mandioca, moranga, cenoura, beterraba, tomate, couve-flor, laranja, limão, banana, mexerica, polpa de fruta, mel em sachê, bananada/goiabada, quitandas variadas, etc. (Figura 2). O kit foi completado pelo *Campus* com ovos da produção do aviário da instituição.

² Grifo nosso.



(A) Entrega da AF



(B) Montagem



(C) Entrega

Figura 2 – Kits alimentícios emergenciais do *Campus* de São Evangelista do IFMG.

Fonte: IFMG/SJE (2020).

Além disso, o *Campus* fez uma campanha entre os servidores para arrecadação, em forma de doação, de cestas básicas para os estudantes mais carentes; essas cestas foram entregues com os kits. O *Campus* de São João Evangelista enviou um comunicado para todos os responsáveis pelos alunos, informando sobre a doação, contudo os discentes que moram longe da instituição não tinham como buscá-la. Para MG_C, que é servidor do *Campus*, a solução viável para os alunos carentes que residem fora do município de São João Evangelista, cujas famílias não tinham condições de buscar os kits, seria a “transferência de recurso, mas a lei não permite”.

Mesmo com essas limitações, a instituição conseguiu atender uma parte de seus alunos cadastrados no Programa de auxílio estudantil. Em seu depoimento, MG_C ressalta que, além de beneficiar os discentes, essas ações tiveram reflexo na vida dos agricultores, ao afirmar que os “agricultores familiares fornecedores do PNAE ficaram extremamente felizes pela continuidade do Programa em tempos de pandemia e, ainda, por estarem ajudando famílias que necessitam desses alimentos em seus lares”. Dessa forma, o *Campus* de São João Evangelista do IFMG, por meio dos recursos do PNAE, buscou atender seus alunos e, conseqüentemente, os agricultores familiares (AF) que atuam como fornecedores do programa nessa instituição.

Outra experiência foi a do *Campus* de Senhor do Bonfim, do IF Baiano. Com base na Instrução Normativa nº 25/2020 da RET-GAB/RET/IFBAIANO, de 23/04/2020, o corpo diretivo da instituição e a Coordenação de Assuntos Estudantis estabeleceram alguns critérios para aplicação dos recursos do PNAE, como a criação de kits alimentícios emergenciais para serem doados às famílias de seus alunos, bem como a forma de distribuição desses kits (Figura 3).

Dentre os critérios adotados, tem-se que se o discente for menor de idade o kit deverá ser retirado por seu responsável legal, devidamente identificado (documentação com foto). Caso ele seja maior de idade, a retirada deverá ser feita mediante a apresentação da sua carteira de identificação, com foto.



(A) Montagem dos kits



(B) Separação



(C) Entrega

Figura 3 – Kits alimentícios emergenciais do *Campus* de Senhor do Bonfim do IF Baiano.

Fonte: IFBaiano/SB (2020).

O *Campus* de Senhor do Bonfim disponibilizou um caminhão para viabilizar as entregas dos kits para os alunos que não tinham condições de retirá-lo na instituição. Assim, uma das formas de aumentar a eficiência do processo foi a roteirização do trecho a ser percorrido pelo caminhão. Nos cálculos logísticos, foi considerada a localização da residência dos alunos que moram na rota onde o caminhão da instituição iria passar. Desta forma, foi possível estipular o dia e o local fixo em que ele estaria em outras cidades onde residem os alunos contemplados por seu Programa de assistência estudantil. Tudo isso facilitou a entrega dos kits, tanto *in loco*, no *Campus*, quanto nos locais onde o caminhão da instituição estivesse passando.

Destaca-se que a composição dos kits na parte de hortifrúti foi feita toda com produtos oriundos da agricultura familiar, o que incluiu mandioca, cenoura, beterraba, tomate, banana, abóbora, batata-doce, batata, melão, cebola, etc. Essas ações contribuem para a ‘ressignificação’ do PNAE como forma de garantir não só uma alimentação emergencial aos estudantes e às famílias carentes, mas também a continuidade de uma política pública como o PNAE em contextos de pandemia, dando seguimento ao vínculo com a agricultura familiar, o que, conseqüentemente, garante a renda a esses trabalhadores e permite o acesso à alimentação saudável dessas famílias carentes.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pandemias, além de serem um problema de saúde, são também um problema social e econômico, pois afeta profundamente toda a população, principalmente as famílias carentes. Para minimizar seus efeitos, é essencial que o Estado forneça ajuda adicional para as famílias de baixa renda.

A vulnerabilidade social das famílias durante os surtos de doenças é agravada pela ingestão de alimentos inadequados, ou até mesmo pela falta desse alimento. Portanto, é fundamental mostrar a amplitude das ações e das medidas que vêm sendo adotadas durante a pandemia da Covid-19, para que o Estado e a população possam estar preparados para

lidar com essas crises de forma mais eficiente. Ações como as dos Institutos Federais descritos nos casos contribuem para que os alunos mais vulneráveis socioeconomicamente possam ter melhores oportunidades de alimentação e, conseqüentemente, para que eles tenham uma vida saudável. Reforça-se, assim, a importância do Estado para minimizar as diferenças sociais e econômicas dos seus alunos.

A alimentação escolar é um direito dos alunos matriculados na rede pública do ensino básico, configurando-se como dever do Estado. Mesmo em tempos de pandemia, é importante garantir a esses alunos o acesso a uma alimentação saudável e nutritiva, não sendo aceitável a suspensão do Programa durante a interrupção das aulas. A pandemia da Covid-19 trouxe novos desafios para que os *Campi* de Senhor do Bonfim, do IF Baiano, e de São João Evangelista, do IFMG, pudessem garantir a seus alunos uma alimentação adequada. Os obstáculos foram discutidos e superados coletivamente entre os atores que operacionalizam o Programa nos dois *Campi*. As escolas públicas brasileiras não têm previsão de retorno das aulas presenciais, visto que elas são ambientes com forte aproximação social e risco de transmissão do vírus. Logo, adequar e ampliar o PNAE durante todo o período da pandemia se faz necessário, principalmente para os alunos mais vulneráveis.

As ações dos Institutos Federais da Bahia e de Minas Gerais são extremamente relevantes, pois a suspensão da alimentação escolar em período de pandemia fez com que muitas famílias de seus alunos, que já se encontravam em situação de vulnerabilidade social, passassem por mais dificuldades financeiras, uma vez que teriam que manter os filhos em casa em período integral. A atuação desses *Campi* possibilitou que essas famílias tivessem acesso a alimentos saudáveis, adquiridos com recursos do PNAE.

A proposta deste estudo não foi emitir juízos de valor sobre qual a melhor forma de operacionalizar o PNAE durante a pandemia da Covid-19, ou definir qual a experiência mais expressiva, pois, apesar da distinção das ações institucionais dos casos aqui descritos, ambos contribuem para a geração de renda das famílias rurais e contribuem para que os alunos tenham acesso a uma alimentação saudável mesmo durante a suspensão das aulas. A pandemia não deve ser um entrave para a operacionalização do Programa, e sim uma oportunidade para que o Estado possa ampliar a distribuição de alimentos às famílias mais vulneráveis dos alunos dos Institutos Federais. Dessa forma, períodos como o dessa pandemia não devem ser motivos para a descontinuidade do PNAE. Seja qual for o ângulo de entraves e obstáculos impostos pelo isolamento social e pela suspensão das aulas, a atuação do PNAE deve resultar em ações para os beneficiários do Programa (agricultores familiares e alunos).

REFERÊNCIAS

ALGREN, M.H.; EKHOLM, O.; NIELSEN, L.; ERSBOLL, A.K.; BAK, C. K.; ANDERSEN, P.T.

Associations between perceived stress, socioeconomic status, and health-risk behaviour in deprived neighbourhoods in Denmark: a cross-sectional study. **BMC Public Health**. Pages 18-250. 2018. doi: 10.1186/s12889-018-5170-x

BANERJEE, T.; CREWS, D.C.; WESSON, D.E, DHARMARAJAN, S.; SARAN, R.; RIOS BURROW, N.; SAYDAH, S.; POWE, N.R. Food insecurity, CKD, and subsequent ESRD in US adults. **American Journal of Kidney Diseases**, 70:38-47. 2017. doi: 10.1053/j.ajkd.2016.10.035

BARROS, E.C.P.G; SGUAREZI, S.B; CARDOSO, K.L.H.; FROEHLICH, A. G.; RAMBO, J.R.; LAFORGA, G. SOUZA, W. J. D.; COSTA. M. D. O. Balanço de produção científica: operacionalização do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) com agricultura familiar. **Brazilian Journal of Development**, 6(8): 55454-55471. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n8-100>

BRASIL. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional** nº Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006. Brasília. Disponível em: <http://www.abrandh.org.br/downloads/losanfinal15092006.pdf>. Acessado em: 09, setembro de 2020.

BRASIL. **Lei n.º 11.947, de 16/06/2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República [2009]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em 20 fev. 2020

BRASIL, **Decreto nº 10.211, de 30 de janeiro de 2020**. Dispõe sobre o Grupo Executivo Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional - GEI-ESPII. Brasília: Diário Oficial da União, [2020a]. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.211-de-30-de-janeiro-de-2020-240646239?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fguest%2Fsearch%3Fsecao%3Ddou1%26data%3D31-01-2020%26qSearch%3DGei>. Acesso em 15 mar. 2020.

BRASIL, **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília: Diário Oficial da União, [2020b]. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em 15 mar. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 13.987, de 7/04/2020**. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Brasília: Diário Oficial da União, [2020c]. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793>. Acesso em 20 mar. 2020.

BURITY, V., FRANCESCHINI, T., VALENTE, F., RECINE, E., LEÃO, M., CARVALHO, M. F. **Direito Humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília/DF: ABRANDH, 2010.

COOKSEY-STOWERS, K.; SCHWARTZ, M.B.; BROWNELL, K.D. Food swamps predict obesity rates better than food deserts in the United States. **Int J Environ Res Public Health**. 14:1366.2017. doi: 10.3390/ijerph14111366

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **COVID-19 Educational Disruption and Response**. 2020. Disponível em: <https://en.unesco.org/news/covid-19-educational-disruption-and-response>. Acesso em: 22 de jul de 2020.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Resolução/ CD/FNDE nº 38**, de 16 de julho de 2009. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item3341>. Acesso em: 02 ago. 2020.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Sobre o PNAE. Disponível em <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae#:~:text=Sobre%20o%20PNAE,-O%20que%20%C3%A9&text=Atualmente%2C%20o%20valor%20repassado%20pela,quilombolas%3A%20R%24%200%2C64>. Acesso em: 02 ago. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa** (6.a ed.). São Paulo: Atlas. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, *CAMPUS SÃO JOÃO EVANGELISTA (IFMG/SJE)*. **IFMG/SJE realiza entrega de kit de alimentos do PNAE**. Disponível em: <https://www.sje.ifmg.edu.br/portal/index.php/noticias/1283-ifmg-sje-realiza-entrega-de-kit-de-alimentos-do-pnae>. Acessado em 25, Junho de 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO *CAMPUS SENHOR DO BONFIM (IF BAIANO/SB)*. **Planejamento da Entrega dos KIT Alimentícios Emergenciais**. Disponível em <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/bonfim/2020/06/15/planejamento-da-entrega-dos-kit-alimenticios-emergenciais/>. Acessado em 25, Junho de 2020.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013. doi:10.1590/S1413-81232013000400002.

VILELA, K.F.; FREITAS, A.F.; BARBOSA, R.A.; SALGADO, R.J.S.F. Implementation of the national school nourishment program in the Brazilian Federal institution of Education of Bahia State. **Ciência Rural**, vol.49 no.9, 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-8478cr20190105>.

VILELA, K.F. **Dinâmica relacional da implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos Institutos Federais brasileiros**. 2020. 279f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 72, 73, 74, 75, 76, 79, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133

Atenção básica 15, 143, 145, 146

C

Catolicismo 42, 43, 45

Conselhos de saúde 49, 51, 52, 53, 55, 58, 59, 60, 61, 62

Coronavírus 1, 2, 5, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 27, 31, 32, 33, 36, 43, 45, 50, 55, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 69, 79, 114, 122, 146, 161, 163, 164

COVID-19 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 97, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 123, 127, 128, 134, 135, 136, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 156, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172

D

Democracia 49, 51, 59, 60, 61, 62

Discente 70, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 119, 173

E

Empatia 69, 134, 137, 138, 140, 141

Enfermagem 12, 69, 76, 79, 134, 138, 141, 143, 158

Ensino fundamental 13, 17, 19, 20, 116, 118, 124, 126, 127, 128, 131, 133, 151, 152, 154

Ensino remoto 76, 77, 162

Esquema vacinal 148, 149, 150, 155, 157

G

Gravidez 145

H

Habilidade relacional 64, 66, 69

Hanseníase 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39

I

Identidade 40, 41, 47, 138

IDH 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 11

Índice de Desenvolvimento Humano 1, 3, 6, 7

Institutos Federais 112, 114, 115, 121, 123

Inteligência emocional 64, 65, 66, 67, 68, 69

L

Leitura 44, 73, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133

P

Papilomavírus humano 147, 148, 149, 157, 158, 159

Participação social 49, 51, 54, 59, 60, 61, 63

Perfil epidemiológico 12, 13, 14, 15, 18, 20, 22, 23, 38

Populações tradicionais 25, 28

Povos indígenas 25, 26, 27, 28, 31, 32

Profissionais da saúde 68, 134, 135, 136, 137, 138

Programa nacional de alimentação escolar 112, 113, 115, 117, 122, 123

Q

Qualidade de vida 3, 115, 134

R

Religião digital 41

S

SARS-CoV-2 1, 2, 5, 6, 10, 12, 13, 14, 15, 18, 23, 25, 26, 27, 32, 41, 50, 65, 72, 75, 78, 79, 95, 96, 163, 164

Saúde da criança e do adolescente 148

Sistema Único de Saúde 21, 36, 38, 49, 51, 55, 136, 167

Subnotificação 31, 33, 34, 35, 37, 39

T

Trabalho 17, 18, 21, 22, 23, 40, 45, 56, 65, 66, 67, 68, 75, 115, 129, 134, 136, 137, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 162, 165, 167, 172

U

Unidade Básica de Saúde 15, 134, 138, 148, 150, 158

V

Vigilância sanitária 22, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168

COVID-19:

Reflexões das ciências da saúde e impactos sociais 4

- 
-  www.atenaeditora.com.br
 -  contato@atenaeditora.com.br
 -  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 -  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2021

COVID-19:

Reflexões das ciências da saúde e impactos sociais 4



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2021